

Comissões do Senado elegem presidentes

Escolha de dirigentes é o principal ponto na agenda dos senadores, que realizam no Plenário a primeira sessão deliberativa desta legislatura. Estão na pauta medidas provisórias baixadas pelo Executivo e aprovadas pela Câmara dos Deputados, programação monetária do quarto trimestre do ano passado e propostas apresentadas por comissões parlamentares de inquérito. **Página 2**

No Plenário, cobrança de um limite para as MPs

O líder do PFL, José Agripino, cobra postura firme do Congresso Nacional quanto às medidas provisórias (MPs) e à apreciação dos vetos presidenciais. Ele teme que as MPs do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) impeçam o Legislativo de deliberar sobre outros assuntos. Para o senador Papaléo Paes, o Executivo, com a “absurda quantidade” de MPs, usurpa as prerrogativas essenciais do Congresso. **Página 6**

Senado envia ao arquivo 1.054 proposições

A Secretaria Geral da Mesa arquivou, no final da legislatura, 1.054 matérias que estavam tramitando no Senado. Entre elas, há 132 propostas de emenda à Constituição e 754 projetos de lei. Foram incluídas também três CPIs e dez comissões temporárias. **Página 3**

Jorge Woil/DER-PR



Propostas do PAC dividem opiniões

As propostas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) mobilizam o Plenário. Enquanto Tião Viana defende rápida votação das matérias, Efraim Morais observa que não se pode colocar em segundo plano o debate sobre as reformas tributária e da Previdência. Paulo Paim e Jefferson Péres questionam uso de recursos do FGTS. **Páginas 4 e 5**

Maciel quer partidos sujeitos à cláusula de desempenho

Proposta que visa restabelecer a cláusula de desempenho, pela qual os partidos se sujeitam à exigência de resultados mínimos nas urnas, será apresentada pelo senador Marco Maciel. Em discurso na tribuna, ele pediu aos senadores que se dediquem à análise da reforma política. Segundo Maciel, as mudanças nesse campo são “sinônimo de governabilidade”. **Página 7**

Propostas sugeridas pelas CPIs dos Correios, da Emigração, da Terra e dos Bingos poderão entrar na pauta de deliberações, após a votação de medida provisória e projetos de conversão

Comissões definem presidentes e Plenário analisa projetos de CPIs

Todas as comissões permanentes do Senado deverão reunir-se hoje, a partir das 16h, para a eleição de seus presidentes. Grande parte dos nomes já foi acordada em reunião de líderes realizada na noite da última quinta-feira, quando foram escolhidos os membros da Mesa para o biênio 2007/2008. Os nomes ainda precisam ser confirmados em nova reunião e, em seguida, nas próprias comissões, mediante escrutínio secreto.

O Senado tem dez comissões permanentes, encarregadas de dar parecer sobre matérias submetidas ao Plenário ou mesmo examinar determinadas propostas de maneira terminativa. Elas analisam temas como meio ambiente, direitos humanos, infra-estrutura, defesa nacional, educação, economia, justiça e agricultura.

Além de escolher os presidentes das comissões, os senadores terão de examinar, no Plenário, três medidas provisórias (MPs), duas delas na forma de projeto de lei de conversão (PLV) – como são chamadas as que foram alteradas no Congresso. A MP 326/06 e os projetos de Lei de Conversão 29 e 30, ambos também de 2006, tratam, respectivamente, de liberação de crédito para leilões de produtos agrícolas, do plantio de organismos geneticamente modificados em unidades de conservação e da contratação de pessoal pelo Ministério da Defesa.

Após a liberação de pauta, o primeiro item a ser votado será o projeto de decreto legislativo (PDS 435/06) da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que aprova a programação monetária do quarto trimestre de 2006.

Propostas de CPIs

Em seguida, devem ser votados os projetos de lei encaminhados pelas CPIs dos Correios, da Emigração Ilegal, da Terra e dos Bingos.

O relatório final da CPI dos Correios concluiu pela apresentação de cinco propostas. O PLS 225/06 altera a legislação que dispõe sobre crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores e cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf); o PLS 226/06 acrescenta dispositivos ao Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) e à Lei 1.579/52 para tipificar como perjúrio a conduta de fazer afirmação falsa ou negar a verdade na condição de indiciado ou acusado em inquéritos, processos ou comissões parlamentares de inquérito.

O PLS 228/06 propõe a criação do Programa de Incentivo a Revelações de Interesse Público – um conjunto de medidas para proteção e compensação da pessoa que, em prol do interesse público, proceda à revelação de informações de que tenha conhecimento, capazes de auxiliar na investigação, apuração ou

juízo de atos de improbidade administrativa ou certos ilícitos penais; o PLS 227/06 amplia o âmbito de aplicação do pregão eletrônico e melhora os mecanismos de controle, ao alterar a Lei de Licitações (Lei 8.666/93) e a Lei 10.520/02; já o PLS 229/06, também sugerido pela CPI dos Correios, altera a Lei Complementar 105/01 para estabelecer uma melhor fiscalização sobre os fundos de previdência complementar.

Poderá também ser votada na primeira sessão deliberativa da nova legislatura a proposta apresentada pela CPI da Emigração Ilegal (PLS 263/06), que dispõe sobre a concessão de anistia a quem tenha registrado no Brasil filho de mãe ou pai brasileiro nascido em país fronteiriço, e a sugerida pela CPI da Terra (PLS 264/06), que propõe alterar o Código Penal para prever o “esbulho processório” com fins políticos como uma forma de enquadrar as ações de ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra no rol dos crimes hediondos.

Ainda poderá entrar na pauta da sessão o PLS 278/06, sugerido pela CPI dos Bingos, que autoriza os estados federados e o Distrito Federal a explorarem loterias, diretamente ou mediante concessão, desde que submetidas à prévia aprovação da Caixa Econômica Federal.



Projeto exigindo que nome e endereço de fornecedor constem de boleto tramita na CMA

Proposta de Camata protege consumidor de cobrança indevida

Para evitar que os consumidores recebam boletos de cobrança sem que saibam a que produto ou serviço eles se referem, Gerson Camata (PMDB-ES) apresentou projeto que inclui no Código de Defesa do Consumidor a exigência de que os documentos de cobrança de débitos exibam o nome e o endereço do fornecedor.

Segundo Camata, hoje, apenas o nome é exigido, mas, mesmo assim, tem sido bastante comum o envio de documentos de cobranças indevidas, sem a identificação do fornecedor do serviço ou produto.

– Muitas vezes o consumidor

não paga o documento porque não identifica a despesa pelo boleto bancário, e seu nome acaba sendo inserido nos bancos de dados dos serviços de proteção ao crédito como inadimplente – explica.

Para o senador, o nome e o endereço da empresa devem constar dos documentos de cobrança para facilitar a defesa do consumidor perante a própria empresa e também na esfera judicial.

O PLS 314/06 está em tramitação na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), onde aguarda designação de relator.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário tem sessão deliberativa

A sessão é deliberativa e tem início às 14h. A pauta estará trancada pela medida provisória que abre crédito extraordinário em favor de operações oficiais de crédito. Caso a ordem do dia seja liberada, será votado o projeto de decreto legislativo da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que aprova a programação monetária do quarto trimestre de 2006.

Comissões escolhem seus presidentes

Para dar início aos trabalhos, as comissões permanentes reúnem-se às 16h para eleição dos presidentes e vices de cada colegiado.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Alvaro Dias, Efraim Morais, Cícero Lucena e Papaléo Paes

Suplicy quer comparar salário de parlamentar com o de ministro do STF



Roosevelt Pinheiro

Suplicy também está preocupado com as consequências do aquecimento global

Ao comentar declaração do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Marco Aurélio Mello, de que trocaria seu salário pelo de um parlamentar, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o Congresso Nacional e o STF tornem público e comparem o conjunto das vantagens que parlamentares e ministros recebem em complemento aos salários.

– Espero que, com isso, possa haver uma clareza de informações para a opinião pública, para os ministros do STF e para os parla-

mentares. A partir daí, poderemos estabelecer critérios que levem gradativamente à equiparação salarial – afirmou.

Suplicy listou algumas das vantagens que são comuns a parlamentares e ministros do STF, como automóvel com motorista e residência funcional. O senador destacou o recebimento de verba indenizatória pelos parlamentares e disse que, dos R\$ 15 mil a que tem direito, utiliza apenas cerca de R\$ 3 mil por mês.

Aquecimento global

O senador comentou as conclusões do relatório sobre o aquecimento global, divulgado pelo Painel Intergovernamental de Mudança Climática, em Paris. Disse que os estudos confirmaram a gravidade do problema e que são as atividades humanas que estão impulsionando o aquecimento do planeta.

– Secas e ondas de calor podem se intensificar. O Brasil pode sofrer mudanças no regime de chuvas. Precisamos mudar nosso modo de vida e, até agora, os governos não se mostraram à altura do desafio – assinalou.

Alvaro propõe redução de deputados e vereadores

Alvaro Dias (PSDB-PR) anunciou ontem que, tão logo seja iniciada a discussão da reforma política no Congresso Nacional, irá defender a redução do número de deputados federais e estaduais, bem como o de vereadores.

O parlamentar também não descartou a possibilidade de apresentar proposta destinada a reduzir de três para dois o número de senadores por unidade da Federação.

Para Alvaro Dias, as propostas têm endereço certo: enxugar as diferentes instâncias do Poder Legislativo, de forma a torná-las mais econômicas, transparentes e ágeis. Com isso, observou o senador, o Poder Legislativo, com destaque para o Congresso Nacional, teria melhores condições de trabalho e alcançaria a tão desejada credibilidade perante a população.

O senador ressaltou, em entrevista à Agência Senado,

que ainda está trabalhando nos cálculos para elaborar a proposta que irá permitir a redução do número de parlamentares nas esferas federal, estadual e municipal.

A previsão é que a redução média para a Câmara dos Deputados, de forma gradativa, atinja 21%. Portanto, de um total de 513 deputados, a Câmara passaria a contar com 407 parlamentares.

Precedentes

A idéia de reduzir o número de parlamentares não é nova. Em 1999, Alvaro Dias apresentou três propostas de emenda à Constituição e um projeto de lei complementar que, lembrou, viabilizavam a reforma do Poder Legislativo. Mas as propostas não foram examinadas e, com o final da legislatura anterior, no último dia 31, foram enviadas para o arquivo, razão pela qual devem ser novamente apresentadas, conforme deseja o representante do Paraná.

Encerrado mais um período de quatro anos, Secretaria Geral da Mesa faz balanço de matérias que já perderam as condições de continuar em tramitação



José Cruz

Plenário inicia ano legislativo com 132 propostas de emenda à Constituição e 754 projetos de lei a menos para analisar

Senado manda ao arquivo 1.054 propostas no final da legislatura

A Secretaria Geral da Mesa arquivou, no dia 31 de janeiro, 1.054 matérias que estavam tramitando na Casa, de um total de 4.112 que analisou. A medida, que consta de relatório elaborado pela secretaria, foi tomada com base no artigo 332 do Regimento Interno do Senado e no Ato 97/02, que dispõem sobre o arquivamento de proposições ao final de cada legislatura.

Segundo o secretário-geral-adjunto da Mesa, José Roberto Leite de Matos, as 4.112 matérias representam cerca de 90% das que estão tramitando atualmente no Senado.

– Não entraram nessa análise proposições que não são autuadas, como os requerimentos de audiência de outras comissões, de reexame, de sobrestamento de matérias ou mesmo os avisos de vários ministérios, entre outros – explicou José Roberto Matos.

Entre as 1.054 matérias arquivadas, encontram-se 132 propostas de emenda à Constituição (PECs) e 754 projetos de lei, sendo 88 de origem da Câmara (PLC) e 666 do Senado (PLS). Entre as PECs arquivadas, está a que fora apresentada pelo então senador José Roberto Arruda, que pretendia reduzir para 16 anos a maioria penal, hoje fixada em 18 anos (PEC 20/99). Também foi arquivado o Projeto de Lei Complementar (PLS 646/99), do ex-senador Jorge Bornhausen,

que visava estabelecer normas gerais sobre direitos e garantias aplicáveis na relação tributária do contribuinte com as administrações fazendárias. As duas proposições foram arquivadas, de acordo com o Regimento Interno, porque já estavam tramitando havia duas legislaturas.

Das 4.112 proposições analisadas pela Secretaria Geral da Mesa, 30 foram declaradas prejudicadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com base no artigo 334 do regimento, por haverem perdido a oportunidade ou em virtude do prejulgamento da proposta pelo Plenário em outra deliberação. Entre elas, há sete projetos de lei: três do Senado, três do Congresso (PLN) e um outro projeto de resolução do Congresso (PRN). Há ainda requerimentos diversos, avisos e recursos.

Já outras nove proposições foram prejudicadas em virtude do arquivamento das matérias a que se referem. É o caso, segundo o secretário-geral-adjunto, de requerimentos apresentados com o objetivo de solicitar a tramitação em conjunto de projetos e a realização de audiência pública sobre determinado assunto em discussão na Casa. Se o projeto de lei foi arquivado, também o

requerimento que pedia a tramitação em conjunto e aquele que solicitava um debate sobre a matéria tiveram o mesmo destino.

O relatório da Secretaria Geral da Mesa inclui ainda três comissões parlamentares de inquérito (CPIs) e dez comissões temporárias extintas. Com base no artigo 76 do Regimento Interno, as comissões temporárias extinguem-se em três hipóteses: pela conclusão da sua tarefa, pelo término do respectivo prazo ou ainda ao término da sessão legislativa ordinária.

Das três CPIs extintas, nenhuma chegou a ser instalada, embora tenham sido solicitadas por meio de requerimento. Duas delas foram requeridas pelo senador Arthur Virgílio (PSDB-AM)

– uma com o objetivo de investigar a corrupção de agente público lotado na Presidência da República e outra para analisar todas as privatizações realizadas no Brasil no período de 1990 a 2004. A terceira CPI, proposta pelo senador Heráclito Fortes (PFL-PI) em dezembro de 2006, destinava-se a apurar a liberação, pelo governo federal, de recursos públicos para organizações não-governamentais (ONGs) e para organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips).

Relatório inclui três comissões parlamentares de inquérito e dez comissões temporárias

Debate sobre o PAC chega ao Senado e divide opiniões

As propostas contidas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foram destaque ontem em pronunciamentos de diversos senadores, mas as opiniões estão divididas sobre as medidas anunciadas pelo governo federal em 22 de janeiro. Para Tião Viana, o Congresso deve dar exemplo de agilidade e votar logo as medidas provisórias e os projetos de lei relacionados ao PAC. Já Efraim Morais con-

sidera que o exame do programa pelo Congresso não pode colocar em segundo plano o debate sobre assuntos como as reformas da Previdência e tributária. Ele observou que o PAC precisa ser aperfeiçoado pelos deputados e senadores. O uso de R\$ 5 bilhões oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em obras de infraestrutura, previsto no programa, foi questionado por Paulo Paim. Para o senador, os recursos do

FGTS constituem patrimônio dos trabalhadores e só podem ser usados nas condições previstas em lei. A proposta de uso dos recursos do fundo também preocupa Jefferson Péres. No entanto, ele acredita em resultados positivos a partir dos investimentos previstos em habitação popular e na desoneração de insumos para a construção civil. Como ponto negativo, o senador aponta a pouca ênfase na redução de gastos correntes.

Tião Viana



Roosevelt Pinheiro

Efraim Morais



Roosevelt Pinheiro

Paulo Paim



Roosevelt Pinheiro

Jefferson Péres



Célio Azevedo

Congresso pode dar exemplo de agilidade e votar logo o programa

O senador Tião Viana (PT-AC) disse ter a expectativa de que o Congresso “dê um exemplo de agilidade” ao votar as matérias relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento. Em pronunciamento feito ontem, ele declarou que essas proposições – que incluem medidas provisórias e projetos de lei – poderiam ser votadas pelo Poder Legislativo nos próximos 60 dias.

A mobilização de recursos para investimentos previstos no PAC, com origem na União, em estatais e no setor privado, foi um dos aspectos destacados pelo parlamentar. Viana reconheceu que o crescimento econômico do país durante o primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ficou abaixo do esperado – segundo o senador, registrou-se uma média de 2,8% ao ano –, mas frisou que, neste mandato, o governo federal pretende alcançar taxas de crescimento do produto interno bruto (PIB) de 5% ao ano.

Além de destacar o enfoque do PAC nos investimentos em infra-estrutura, o parlamentar declarou que 64% dos recursos do programa lançado pelo governo federal se destinam ao desenvolvimento regional, o que favoreceria a redução das desigualdades existentes entre as regiões brasileiras. Tião Viana destacou ainda que os investimentos em saneamento básico devem aumentar de R\$ 4 bilhões para R\$ 9,5 bilhões ao ano.

Em apertados, os senadores Gerson Camata (PMDB-ES), Mário Couto (PSDB-PA) e Mão Santa (PMDB-PI) apoiaram o discurso de Tião Viana.

Deputados e senadores devem contribuir para melhorar as propostas

Embora reconheça que o Programa de Aceleração do Crescimento deve ter prioridade nas discussões da Câmara e do Senado, Efraim Morais (PFL-PB) advertiu que o Congresso não pode deixar de discutir também outros assuntos como as reformas da previdenciária e tributária. Ele observou que o próprio PAC precisa ser aperfeiçoado pelos deputados e senadores.

– Seria incoerência da minha parte, que passei os quatro anos iniciais do atual governo pedindo medidas de crescimento para o país, me opor agora. Em princípio, queremos muitos PACs e apoiaremos tudo o que tenha consistência – afirmou.

Na avaliação do senador, a aprovação do PAC pelo Congresso está longe de ser o maior problema para que o programa dê certo. Ele registrou que a dependência de que o PIB do país cresça pelo menos 5% ao ano para que o PAC atinja seus objetivos é o principal obstáculo, sobretudo por não vislumbrar que a política de juros altos esteja para ser modificada pelo governo.

Efraim disse ainda que o preenchimento dos cargos públicos baseado no fisiologismo partidário impede que a iniciativa privada se sinta confiante para firmar parcerias com o governo. Da mesma forma, o fato de o presidente Lula não sinalizar que enxugará os gastos públicos funciona como um complicador para o sucesso do PAC.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) registrou que Zózimo Tavares, repórter político do jornal *Diário do Povo*, do Piauí, escreveu que “esse PAC é muita farofa e pouca lingüiça”.

Fundo com recursos do FGTS é desvantajoso para os trabalhadores

Paulo Paim (PT-RS) voltou a advertir ontem a respeito do risco do uso de R\$ 5 bilhões oriundos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço em obras de infra-estrutura, conforme determina a Medida Provisória 349/07. A MP faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento, anunciado há duas semanas pelo governo federal.

Para o senador, os recursos do FGTS constituem patrimônio dos trabalhadores e, portanto, não podem ser utilizados para outras destinações, a não ser as previstas em lei. O parlamentar lembrou que o dinheiro do fundo já é usado para a construção de casas populares, saneamento básico e pagamento de indenizações aos trabalhadores no ato das demissões.

Paim entende que a criação do fundo de investimentos em infra-estrutura com dinheiro do FGTS peca por não garantir a rentabilidade mínima aos trabalhadores, que hoje está em torno de 6% ao ano. Com isso, observou, estaria se colocando em risco um dos maiores programas sociais do país, que é o FGTS.

A Força Sindical e a Central Geral dos Trabalhadores protestaram contra a medida e chegaram a entrar com ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra o fundo de investimentos em infra-estrutura proposto no Programa de Aceleração do Crescimento. Por outro lado, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, anunciou para hoje reunião com os principais dirigentes sindicais para tentar convencê-los a apoiar a criação do fundo.

PAC deverá gerar empregos e reduzir déficit habitacional

O líder do PDT, senador Jefferson Péres (AM), disse, em entrevista à Agência Senado, acreditar que, apesar de alguns pontos polêmicos, o PAC terá resultados econômicos e sociais positivos. Ele citou como principal ponto positivo do programa os investimentos, por parte da Caixa Econômica Federal, na área de habitação popular e a desoneração de insumos para a construção civil.

– Essa medida apresenta três grandes vantagens: primeiro, gera emprego imediatamente; segundo, acelera o crescimento porque a construção civil, com sua grande cadeia produtiva, tem efeito multiplicador; terceiro, vem resolver um problema social enorme: o déficit habitacional de mais de 7 milhões de residências – declarou.

Na opinião de Jefferson, quando o governo sinaliza que tem metas a cumprir, ele estimula os investimentos privados, pois tranquiliza os investidores. Se o governo vai manter a estabilidade, assinalou, é mais uma razão para o empresário investir.

Quanto às falhas do PAC, o senador ressaltou que o governo poderia ter sido mais enfático em relação ao equilíbrio fiscal, principalmente no que se refere à contenção dos gastos correntes. Nesse ponto, explicou, o governo visou apenas os salários dos funcionários públicos.

Jefferson considera um dos pontos polêmicos do PAC a proposta de uso dos recursos do FGTS em investimentos de infra-estrutura.

– Juristas eminentes acham que há um vício de inconstitucionalidade – observou.

Senadores cobram execução de obras, verbas para estados e investimento em segurança

Muitos dos projetos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) já existiam “nas gavetas de diversos ministérios” e teriam sido “solenemente ignorados” pelo governo federal nos últimos quatro anos. A opinião é do senador César Borges, que louva o anúncio do programa feito pelo presidente Lula, mas diz que vai cobrar a execução das ações. Por sua vez, José Agripino considera que o governo não atingirá a meta de crescimento do PIB

– 5% em 2007. Para o senador Mão Santa, o PAC falha por não prever investimentos em segurança pública, um dos problemas mais urgentes do país. Já o senador Osmar Dias apresentou ao presidente da República contribuições para o aperfeiçoamento do programa. Entre as sugestões está a possibilidade de os governadores redirecionarem a destinação de verbas para obras estaduais e a compensação a estados exportadores por prejuízos decorrentes da Lei Kandir.

César Borges



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Governo anunciou propostas que estavam engavetadas

Para o senador César Borges (PFL-BA), o governo federal se comprometeu, ao anunciar o Programa de Aceleração do Crescimento, a realizar projetos que já existiam “nas gavetas de diversos ministérios” e que já poderiam estar sendo executados. Segundo o parlamentar, tais propostas “foram solenemente ignoradas”.

– Agora, o presidente da República se comprometeu publicamente e por escrito. Tenho de louvar essa atitude, mas vamos cobrar a execução dos projetos – afirmou.

César Borges disse que acompanhará com atenção especial os investimentos em infra-estrutura previstos para o Nordeste e, particularmente, para a Bahia. O senador frisou que “o nível de investimento do governo Lula até hoje é pífio”.

– Será diferente agora? – questionou ele, lembrando que o presidente Lula, durante o primeiro mandato, prometera um “espetáculo do crescimento” que não ocorreu.

Em aparte, o líder do PFL, José Agripino (RN), declarou que muitos dos investimentos do PAC pressupõem receitas decorrentes de um crescimento de 5% ao ano do PIB.

– Mas especialistas afirmam que não cresceremos 5% em 2007. No máximo, cresceremos 3,5% – argumentou.

César Borges também foi apartado por Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Mário Couto (PSDB-PA).

Osmar Dias



Liberdade para estados mudarem prioridade dos investimentos

Na quarta-feira, e ainda na condição de líder do PDT, o senador Osmar Dias (PR) apresentou ao ministro das Relações Institucionais, Tarso Genro, sugestões para aprimorar o Programa de Aceleração do Crescimento. No documento, o parlamentar sugere a possibilidade de os governos estaduais alterarem os investimentos previstos no programa, redirecionando os recursos para obras mais urgentes. Com a instalação da nova legislatura, na última quinta-feira, a liderança do PDT passou às mãos do senador Jefferson Péres (AM).

As sugestões de aperfeiçoamento do PAC foram solicitadas pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em reunião de avaliação do programa com integrantes do conselho político do governo, formado por ministros de Estado e por líderes dos partidos.

A proposta apresentada por Osmar Dias levou em consideração as contribuições recebidas de entidades do setor produtivo brasileiro. Entre as sugestões apresentadas ao governo federal, o senador defende que os prejuízos sofridos pelos estados exportadores em decorrência da Lei Kandir – que isentou de impostos os produtos destinados à exportação – sejam compensados. Osmar considera injusto que estados como o Paraná, que contribuem com a produção de alimentos para o país, não recebam tal compensação.

Mão Santa



PAC falha por não prever investimentos para combater violência

Mão Santa (PMDB-PI) reclamou da ausência de investimentos em segurança pública no Plano de Aceleração do Crescimento. Após afirmar que o país vive em estado de barbárie, o peemedebista responsabilizou o governo Lula pela atual situação, acusando-o ainda de estar estruturado “em quatro pernas”: corrupção, desperdício, sonegação e incompetência.

– Esse governo está caro demais e é ineficiente. A urgência desse país é a violência, mas nenhuma palavra sobre isso foi tocada nesse plano – protestou.

Como exemplo da violência cotidiana, Mão Santa citou manchete da edição do jornal *Correio Braziliense* de ontem sobre a ocorrência de 11 homicídios em apenas 48 horas no Distrito Federal. Também protestou contra o deslocamento de policiais da Força Nacional de Segurança do DF para o Rio de Janeiro – “cobriram um santo para descobrir outro” – e lamentou que a centenária Confeitaria Colombo, no Centro do Rio, esteja fechando as portas mais cedo em função do clima de insegurança.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Senado deve se debruçar sobre a questão da violência e afirmou que o clima no país é de guerra civil. Já o senador César Borges (PFL-BA) considera que o país vive um estado crônico de violência, em que o crime organizado assumiu o papel do poder institucional.

Efraim homenageia presidente do TJPB

O senador Efraim Morais (PFL-PB) apresentou requerimentos de votos de congratulações aos novos dirigentes eleitos para o Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB): Antônio de Pádua Lima Montenegro, presidente; Genésio Gomes Pereira Filho, vice-presidente; e Júlio Paulo Neto, desembargador do tribunal.

Efraim classificou como extraordinária a atuação do desembargador Lima Montenegro e afirmou que os paraibanos podem “estar seguros da ação da Justiça no tribunal do estado”.

Cícero Lucena (PSDB-PB), na presidência dos trabalhos, subscreveu os votos do colega, em nome do Senado.

Maciel: voto de pesar por odontologista

Marco Maciel (PFL-PE) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte do professor e odontologista Edrísio Barbosa Pinto, em sua opinião, “a figura mais notável” da Odontologia em Pernambuco.

Segundo Maciel, o professor – que faleceu aos 77 anos, no dia 21 de janeiro, no Recife –, com sua capacidade empreendedora, ajudou a desenvolver a Odontologia no estado e em todo o Nordeste.

O senador enumerou as principais realizações de Edrísio Pinto como professor universitário e destacou ainda sua atuação como dirigente de várias entidades de classe, entre elas a Associação Pernambucana de Odontopediatria.

Jucá lamenta morte de sua suplente

Romero Jucá (PMDB-RR) apresentou requerimento de voto de pesar pela morte da sua 2ª suplente, a professora Delacir de Melo Lima, aos 55 anos de idade, ocorrida em 20 de janeiro, em Roraima.

Delacir era casada e deixou cinco filhos e 12 netos. Jucá a classificou como uma “eminente educadora e grande mulher pública” e lembrou que sua suplente destacou-se também como administradora à frente de secretarias municipais, da gerência do Banco de Roraima e do Banco do Brasil e da vice-presidência do PMDB-RR. Além disso, acrescentou o senador, a professora vinha comandando a chefia de gabinete da prefeitura de Boa Vista.

Comissão de Justiça reinicia seus trabalhos hoje e analisa proposta de Renan Calheiros que veda medida provisória em matéria de contratos

Nova regra para MPs pode dar mais segurança a investidores

A proposta de emenda à Constituição que impede o governo de editar medida provisória capaz de alterar contratos está na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), cujos trabalhos devem ser instalados hoje.

De autoria do presidente do Senado, Renan Calheiros, a iniciativa (PEC 45/04) visa dar mais segurança jurídica a quem investe no Brasil – um dos requisitos, segundo explicou o senador, para o sucesso do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado no mês passado pelo presidente Lula.

A segurança dos contratos e a previsibilidade das condutas dos agentes públicos são apontadas pelo presidente do Senado como garantias essenciais à imagem externa do Brasil, onde até recentemente pacotes econômicos conseguiram alterar as perspectivas dos investidores, e ao incremento



Renan: “Congresso deve apontar soluções para crescimento sustentável e justo”

do investimento estrangeiro no país.

– É a previsibilidade das instituições nacionais que permitirá aos investidores quantificar o risco de seus investimentos em nossa economia – disse.

Ao abrir, na semana passada, a sessão legislativa, o presidente do Senado disse que o Brasil precisa de um desenvolvimento sustenta-

do, o qual, na sua avaliação, pode ser naturalmente compatibilizado com as reformas que se encontram em discussão no Parlamento. E observou que “ao Congresso compete apontar soluções para um crescimento sustentável, igualitário e justo”.

Na justificativa da PEC 45/04, Renan afirma que “a estabilidade das leis reforça a segurança de quem investe, sendo essa segurança fundamental nas decisões relativas à alocação de recursos”.

Em sua opinião, o contrato é a estrutura milenar que fundou o direito privado, do qual se utiliza também o Estado, que deve ter compromisso com a estabilidade das regras pactuadas. Por isso, ele defende que a aprovação da mudança constitucional irá trazer avanços ao Estado brasileiro.

– Não prospera a nação submetida às incertezas no campo do Direito e, principalmente, na esfera dos contratos – ressaltou.

Papaléo acusa Executivo de usurpar prerrogativas do Congresso Nacional

Papaléo Paes (PSDB-AP) afirmou que as prerrogativas essenciais do Legislativo vêm sendo “usurpadas pelo Executivo”, com a edição de medidas provisórias em “absurda quantidade”.

Papaléo acusou o Poder Executivo de, a todo momento, desconsiderar as exigências constitucionais de relevância e urgência necessárias para a edição de MPs, o que, em sua visão, “é uma distorção”.

– Isso faz com que as pautas da Câmara e do Senado estejam sempre trancadas por medidas que, muitas vezes, tratam de assuntos que poderiam ser contemplados por projetos de lei. Como resul-

tado, as proposições apresentadas pelos parlamentares não têm a oportunidade de serem apreciadas e votadas – lamentou.

Segundo o senador, em 2006 o Congresso Nacional aprovou 178 leis ordinárias; destas, 121 – ou 68% – resultaram de proposição do Poder Executivo; 25% são de autoria de parlamentares e 7% provieram de outras instâncias da sociedade, como o Supremo Tribunal Federal, o Ministério Público da União e o Tribunal Superior do Trabalho. Mas o que Papaléo considera “ainda mais chocante” é a constatação de que, das 121 leis ordinárias que tiveram origem na Presidência da



Para Papaléo, muitas MPs não atendem aos requisitos de relevância e urgência

República, 59 foram apresentadas na forma de medida provisória.

– O despudor do governo federal na edição das MPs se explica pela falta de dois atributos: competência para planejar adequadamente suas atividades e disposição para fazer as necessárias articulações com o Congresso Nacional – afirmou.

Agripino cobra apreciação de vetos e limites para medidas provisórias

O senador José Agripino (RN), líder do PFL, afirmou que irá cobrar postura firme do Congresso no que se refere às medidas provisórias enviadas pelo governo e à apreciação dos vetos presidenciais.

Ele lembrou que, quando se candidatou à Presidência do Senado, assumiu o compromisso de criar dificuldades para que medidas provisórias que não precisem ser editadas não o sejam, de forma a dar aos congressistas oportunidade de apresentar seus projetos. Mesmo não tendo assumido o cargo – para o qual foi reeleito o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) –, Agripino reiterou esse objetivo.

O senador disse temer que o pacote de MPs do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) acabe impedindo os parlamentares de deliberarem sobre outros temas importantes.

– Para o Congresso ter fôlego, para tomar as iniciativas que não toma mais, é preciso que não nos entupam de medidas provisórias. O PAC é apenas um dos assuntos. As reformas sindical e trabalhista, por exemplo, precisam ser apreciadas – protestou.

Em relação aos vetos, ele destacou que é imprescindível que o Congresso exerça sua prerrogativa constitucional de “dar a última palavra”, para que “a vontade do povo seja ou não confirmada”.

Em aparte, César Borges (PFL-BA) afirmou que tem se tornado uma prática do governo vetar pro-



Agripino quer ver apreciado o veto de Lula ao projeto de recriação da Sudene

jetos de origem do Legislativo e, em seguida, editar uma MP sobre o mesmo assunto, o que poderia até ser classificado de “plágio”.

Agripino insistiu na importância da apreciação dos vetos presidenciais, para que se promova o “encerramento do processo legislativo”. Ele declarou que o primeiro veto que deseja ver na pauta do Congresso é o que se refere ao projeto de recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), na forma de agência.

– Temos que cobrar, para ver se o Congresso quer ou não quer aquilo que aprovou; se se ajoelha ou não aos pés de Lula – assinalou o senador.

Ao comentar o pronunciamento do líder do PFL, Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou esperar que o Congresso se empenhe na concretização do PAC, para que outros projetos de interesse do país, como a instituição da renda básica de cidadania, possam ser discutidos o quanto antes.

Entenda o processo de apreciação dos vetos

O Congresso Nacional tem a prerrogativa constitucional de discordar do presidente da República quando este se recusa a sancionar um projeto, no todo ou em parte, sob o argumento de inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público.

De acordo com os arts. 66 e 67 da Constituição, a manutenção ou rejeição do veto presidencial

depende de deliberação dos deputados e senadores, em sessão conjunta, por escrutínio secreto. Para o veto ser rejeitado, é necessária a maioria absoluta dos membros de cada uma das Casas (41 senadores e 257 deputados). A matéria cujo veto for rejeitado é enviada novamente ao presidente da República, para promulgação.

Valadares homenageia nova direção do Tribunal de Justiça de Sergipe

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) requereu voto de aplauso pela escolha do presidente, do vice-presidente e do corregedor-geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE), para o biênio 2007/2008. Foram nomeados para os cargos

os desembargadores José Artêmio Barreto, Célia Pinheiro Silva Menezes e Luiz Antônio Araújo Mendonça, respectivamente.

– Minha homenagem a eles, aos demais desembargadores, aos serventuários da Justiça e ao Tribunal de Justiça de Sergipe

pela escolha de nomes com competência e sensibilidade para fazer Justiça – declarou.

Valadares apontou o novo presidente do TJSE como um dos mais proeminentes juristas sergipanos, ressaltando ainda a habilidade de José Artêmio para

tratar com os chefes dos demais Poderes.

O senador manifestou sua certeza de que a Mesa diretora recém-empossada do tribunal “garantirá que o interesse público prevaleça e que a Justiça social seja realizada”.



Valadares ressalta a competência e as habilidades do novo presidente do TJSE

Paim comemora declaração de Lula que nega déficit na Previdência

Paulo Paim (PT-RS) comemorou em Plenário declaração do presidente Lula que nega a existência de déficit nas contas da Previdência Social. Segundo Paim, a afirmação de Lula fez “cair por terra a falsa idéia, disseminada por décadas”, sobre a situação de déficit previdenciário.

– Hoje, felizmente, podemos dizer que os pingos estão sendo colocados nos “is”. Previdência é previdência; assistência social é assistência social – frisou. Ele lembrou as centenas de discursos feitos ao longo dos seus 20 anos de parlamentar, em que alertava para a necessidade de não se confundir assistência social com previdência. Ressaltou que essa nova visão vai permitir a melhoria da distribuição de renda no país.

Paim assinalou que o superávit da Previdência Social estaria garantido se todos os tributos criados para financiá-la não fossem desviados para outros fins. Ele citou estudo elaborado pela Associação Nacional dos Fiscais da Previdência Social (Anfip) indicando datas, leis relacionadas, valores e órgãos para os quais foram desviados recursos previ-



Nova visão vai permitir a melhoria da distribuição de renda, salienta Paim

denciários entre 1999 e 2005.

– Em 2000, foram R\$ 8,1 bilhões (desviados); em 2001, cerca de R\$ 10,1 bilhões; em 2002, R\$ 6,4 bilhões; em 2003, R\$ 5,8 bilhões; em 2004, R\$ 10,2 bilhões; e em 2005 a cifra ultrapassou os R\$ 12 bilhões.

Paim comunicou a apresentação de projeto de sua autoria visando à formação de uma comissão de deputados e senadores para acompanhar os debates sobre a Previdência, em fórum a ser promovido pelo governo federal. Mão Santa (PMDB-PI) e Augusto Botelho (PT-RR) manifestaram apoio ao pronunciamento.

Gilvam: excesso de leis tributárias prejudica desenvolvimento do país

Gilvam Borges (PMDB-AP) destacou estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) que aponta perda de competitividade do Brasil diante de países cuja carga tributária é menor, em função da racionalidade de leis para o setor. A excessiva burocracia na edição de leis relativas a impostos, “enraizada na cultura governamental brasileira”, segundo o parlamentar, tem prejudicado o desenvolvimento do país.

– O marco zero desse processo é a Constituição de 1988. De lá para cá, foram editadas mais de 3,3 milhões de normas para reger a vida dos cidadãos brasileiros. O país edita tantas medidas tributárias que, se juntarmos o que já foi publicado entre leis, normas e portarias da União, dos estados e dos municípios, daria seis quilômetros de papel – assinalou.

Gilvam afirmou que a burocracia vigente acaba por confundir e inibir o empresário. Lembrou que, para se abrir uma empresa, são necessárias 17 etapas e 460 dias de espera.

– A profusão de leis de tributação nas esferas federal, estaduais e municipais afugenta investi-



Para Gilvam, grande número de normas sobre impostos afugenta investidores

dores internos e compromete a atração de capital externo.

Gilvam ressaltou que alguns passos já foram dados para estruturar uma ordem tributária nacional, citando a Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, que cria o Supersimples – dispositivo que unifica nove leis. Essa medida, em sua opinião, contribuiu para a desburocratização e a consequente racionalização do sistema tributário.

Ele alertou ainda para a necessidade de uma solução para a “guerra” entre os estados pela arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Senador anuncia que vai apresentar proposta de emenda constitucional para restabelecer a cláusula de desempenho, rejeitada pelo STF

Maciel sugere retomada com urgência da reforma política

Inaugurando os discursos da 53ª Legislatura, no Senado, Marco Maciel (PFL-PE) pediu que os parlamentares retomem urgentemente a discussão sobre a reforma política. Ele anunciou que vai apresentar “uma proposta de emenda que busca restabelecer – agora pela via constitucional, como quer o Supremo Tribunal Federal (STF) – a chamada cláusula de desempenho”.

O senador lembrou ter sido ele próprio, no exercício da Presidência da República, quem sancionou a Lei 9.096/95, que reintroduziu a cláusula de desempenho no arcabouço legal – e que foi questionada pelo STF. A medida já vigorara entre 1978 e 1982.

Para Maciel, é uma distorção chamar esse dispositivo de “cláusula de barreira”, uma vez que não há barreira e sim exigência de que a agremiação política tenha um desempenho mínimo



Maciel afirma que mudanças criariam condições para uma sociedade mais justa

nas urnas.

O senador afirmou que sua proposta representa “um grande passo para criar verdadeiros partidos políticos no país”.

– Uma das medidas essenciais para a criação de verdadeiros partidos é obviamente a presença da cláusula do desempenho – assinalou o parlamentar, acrescentando que esse dispositivo legal é

adotado em 44 países.

Maciel procedeu a uma rápida análise da legislatura anterior, marcada, segundo observou, por instabilidade política, denúncias envolvendo parlamentares e excesso de medidas provisórias, que dificultaram os trabalhos.

– Esperamos que essa legislatura seja bem melhor. Devemos dedicar nosso tempo à análise de algo importante: a reforma política. Existem muitas matérias importantes pendentes, mas sem ela as demais reformas não prosperarão, disse Maciel, para quem tal mudança é “sinônimo de governabilidade”.

A seu ver, a reforma criaria condições para maior crescimento econômico, diminuição das desigualdades e uma sociedade mais justa e democrática. Em apertes, ele recebeu apoio de Tião Viana (PT-AC), Mão Santa (PMDB-PI) e Gerson Camata (PMDB-ES).

Camata defende prioridade para votação de projetos em Plenário

Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu ontem a modificação do Regimento Interno do Senado, de modo a dar prioridade para a votação de matérias em detrimento dos discursos. O senador lembrou ter apresentado sugestão à comissão criada para rever o regimento, propondo que a abertura das sessões plenárias seja feita com a ordem do dia. O tempo destinado aos discursos viria em seguida.

– Discurso é muito interessan-

te e bonito, mas não resolve problemas. O que resolve problemas são projetos e emendas e a sua votação – afirmou.

Camata sugeriu outras medidas com o objetivo de acelerar a votação das matérias em exame no Senado. O parlamentar propôs que o encaminhamento das votações seja realizado exclusivamente pelos líderes e/ou pelo autor do projeto. Ele sugeriu também que se limite o número de intervenções por senador no



Camata diz que medida visa acelerar a decisão sobre propostas na pauta

Plenário.

– O regimento está acima de todos nós. Se não entendermos o regimento, nós não conseguiremos nos entender aqui – concluiu.

Senado pode criar Ouvidoria Parlamentar

Aguarda designação de relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto de resolução que modifica as competências dos 2º, 3º e 4º secretários da Mesa do Senado e cria a Ouvidoria Parlamentar.

A proposta, de autoria do senador Delcídio Amaral (PT-MS), incorpora ao Regimento



Delcídio propõe que Corregedoria fique com o 2º secretário da Casa

Interno a Resolução 17/93 do Senado, que criou a Corregedoria.

– As atribuições do 2º, 3º e 4º secretários do Senado, contidas

no Regimento Interno, são meramente burocráticas, além de poucas, ficando as estruturas dos gabinetes dessas secretarias superdimensionadas para o pouco serviço institucional de que são incumbidas – argumenta Delcídio Amaral na justificativa da proposta.

De acordo com o projeto de resolução, a função de corregedor parlamentar passará a ser exercida pelo 2º secretário. Atualmente, a atribuição é desempenhada pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP), que foi reconduzido ao cargo.



Partido precisa defender desenvolvimento com justiça social, afirma Alvaro Dias

Alvaro Dias dá receita para PSDB retomar origens

“O PSDB deve assumir com empenho e vigor a grande bandeira abandonada no debate nacional: o desenvolvimento com justiça social.” Essa foi a receita apresentada pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR) para que o Partido da Social Democracia Brasileira retome suas origens de uma agremiação partidária progressista e moderna, calcada no pensamento social democrata.

Em discurso feito ontem, o parlamentar avaliou que, nos últimos anos, o PSDB perdeu o foco de sua essência e deixou de captar as aspirações da população. Ele observou que, no confronto ideológico com o Partido dos Trabalhadores, a legenda sofreu uma de suas mais fragorosas derrotas. Alvaro Dias afirmou que não basta ao partido ter quadros competentes e éticos comprometidos com o ideário da busca do bem comum. Para ele, é preciso formular projetos e propostas sintonizados com as classes trabalhadoras.

– A pregação popular e desenvolvimentista deve ser o caminho que recolocará o PSDB sintonizado com parcelas majoritárias da sociedade nacional. Por meio dos diretórios nacional, estaduais e municipais, apoiados pelo Instituto Teotônio Vilela, o debate deverá ser disseminado por todo o território nacional, promovendo seminários regionais e integrando, nessa discussão, uma ampla gama de participantes – afirmou Alvaro Dias.

Diante da estagnação econômica que atinge o Brasil há um quarto de século, retomar e relançar a idéia do desenvolvimento é “a missão suprema” do PSDB, disse o senador. Ele considera que o partido não pode continuar aceitando as regras estabelecidas pela ortodoxia econômica convencional, mas deve questionar o modelo econômico vigente, sem defender a intervenção do Estado.

Senador sugere que governo, estados e sociedade unam esforços em torno de ações que combinem preservação ambiental e desenvolvimento das populações da região

Jucá busca apoio para projeto adequado à realidade amazônica

“A Amazônia não é só preservação. É também dignidade para sua população”, disse ontem, da tribuna, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), ao cobrar do governo, dos estados e da sociedade brasileira, apoio a um projeto para a Amazônia que seja coerente com a realidade da região, conforme frisou.

Para melhor entendimento do que seria esse tipo de projeto, Jucá sugeriu a leitura de vários artigos sobre a Amazônia publicados pelo *Jornal do Brasil*, entre eles “A Amazônia em Perigo”, que alerta para a invasão de organizações não-governamentais estrangeiras ao território



Governadores da região Norte farão proposta conjunta, informa Jucá

amazônico e outras questões estruturais que inviabilizam e dificultam o progresso socioeconômico daquele território e

Fotos: Rosewell Pinheiro

sua integração com os demais estados da Federação.

– Todos, inclusive a imprensa, devem se conscientizar coletivamente do que é a realidade da Amazônia. As dificuldades são grandes até para fazer política. Devemos pensar em preservação, mas pensando em melhorar as condições de vida da população da região – enfatizou.

Finalizando, Jucá informou que os governadores da região Norte irão apresentar uma proposta para desenvolver a Amazônia. O senador reiterou a importância da participação dos demais setores para o aperfeiçoamento do projeto.

Garibaldi cobra medidas para evitar “apagão aéreo” durante o carnaval

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) afirmou ontem, em discurso no Plenário, que o governo federal precisa adotar imediatamente medidas para evitar um novo “apagão aéreo” durante o carnaval. Ele disse que os controladores de voo podem promover outra operação-padrão nos próximos dias, atrapalhando as viagens a serem realizadas nesse feriado.

– Muita gente poderá passar o carnaval nos aeroportos – alertou o parlamentar.

Garibaldi argumentou ainda que, além de prejudicar as pessoas que pretendem viajar, o “apagão” poderá trazer prejuízos para os estados do Nordeste que se beneficiam com o turismo. Ele citou os casos da Bahia e de Pernambuco, mas ressaltou que capitais como Natal e Teresina (do Rio Grande do Norte e do Piauí, respectivamente) também recebem turistas nessa época.

– Estou aqui para defender os passageiros de avião, mas sobretudo a economia nordestina



Controladores de voo podem promover outra operação-padrão, alerta Garibaldi

– frisou ele.

O senador defendeu ainda a aprovação, pelo Senado, da medida provisória que estabelece um contrato emergencial com controladores de vôos.

Nova versão do Regimento Interno já está disponível

A edição de 2007 do Regimento Interno do Senado, atualizada, está disponível no portal do Senado Federal. O texto contém as mudanças feitas depois de 2003 – ano em que havia sido publicada a última consolidação. O próprio Regimento prevê, em seu artigo 402, a publicação consolidada de suas normas ao final de cada legislatura.

Doze mil exemplares da edição já estão impressos e começarão a ser distribuídos ainda neste mês. O secretário-geral da Mesa do Senado,

Raimundo Carreiro, disse esperar uma grande demanda pela nova consolidação do Regimento, sobretudo em função da expectativa de concurso do Senado Federal, que deve ocorrer ainda em 2007.

Entre as novidades agora incorporadas ao texto consolidado (mas que já estavam valendo), o secretário-geral citou as relacionadas ao uso da palavra pelos parlamentares, que permitem que mais senadores possam manifestar-se em

Plenário e nas comissões. Também foi concedida uma nova atribuição ao presidente do Senado, que poderá decidir sobre determinados tipos de requerimento, como os que tratam da tramitação conjunta de matérias ou os que versam sobre a retirada de proposições.

Na internet, os textos do Regimento Interno do Senado e das normas conexas a ele podem ser obtidos gratuitamente no seguinte endereço: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/regsfl>.



Serys: escolhidas irão representar todas as defensoras dos direitos da mulher

Conselho seleciona as vencedoras do prêmio Bertha Lutz

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz deverá escolher na quinta-feira, às 11h, as cinco mulheres que serão agraciadas com o diploma, entre as 50 candidatas que participam da seleção de 2007. O prêmio foi instituído pela Mesa do Senado em 2001 como forma de homenagear anualmente as mulheres de todo o país que tenham prestado relevantes serviços na defesa dos direitos femininos e em questões de gênero. As selecionadas receberão o diploma no dia 8 de março, quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, em sessão solene do Congresso.

O conselho, presidido pela senadora Serys Silhessarenko (PT-MT), tem como vice-presidente o senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) e é integrado pelos senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Roseana Sarney (PMDB-MA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Augusto Botelho (PT-RR), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Magno Malta (PR-ES) e Patrícia Saboya Gomes (PSB-CE).

– A escolha é extremamente difícil. São currículos excelentes. Mesmo sendo cinco escolhidas, não significa que elas são melhores ou que batalharam mais do que as outras pela defesa dos direitos das mulheres no Brasil. Eu diria que as escolhidas estarão representando todas as mulheres brasileiras, indistintamente da camada popular, da mais humilde e mais sofrida à mais articulada – ressaltou Serys Silhessarenko, em entrevista à Agência Senado.

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, no dia 2 de agosto de 1894. Era filha da enfermeira inglesa Amy Fowler e do cientista e pioneiro da medicina tropical, Adolfo Lutz. Ela é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras por ter sido responsável pela aprovação da legislação que lhes outorgou o direito de votar e serem votadas.